



**FACULDADE DO NOROESTE DE MINAS – FINOM**

**WALISSON MENDES VIANA**

**PARACATU - MG**

**AGOSTO DE 2018**

## **REGIME JURÍDICO DAS EMPRESAS PRIVADAS**

De acordo com o Título VII, Da Ordem Econômica e Financeira, o Capítulo I, Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica, Aborda o Art. **173**. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

**§ 1º** A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:

II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários;

Então de acordo com entendimento do Supremo Tribunal Federal, as empresas públicas que exercem atividade econômica, sujeitam-se ao regime jurídicos das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias presentes.

### **Referência Bibliografica:**

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988. 292 p.